

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.116 - RJ (2019/0301627-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : REINALDO MAXIMO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : REINALDO MAXIMO DE OLIVEIRA - RJ134652
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : LINCOLN ALEXANDRE DOS SANTOS GONZAGA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de LINCOLN ALEXANDRE DOS SANTOS GONZAGA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Recurso em Sentido Estrito n. 0009233-65.2018.819.0008).

Extrai-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 5/1/2019 por ter supostamente praticado os delitos tipificados nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/06 (tráfico e associação para o tráfico de entorpecentes). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva pelo Juízo de plantão e, posteriormente, revogada por excesso de prazo para a realização de audiência de custódia.

Irresignado, o Ministério Público interpôs recurso em sentido estrito perante o Tribunal de origem, que foi provido nos termos do acórdão que recebeu a seguinte ementa:

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO CONTRA DECISÃO QUE DE RELAXAMENTO DE PRISÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO BUSCA A DECRETAÇÃO DA PRISÃO. Possibilidade. O recorrido foi preso em flagrante no dia 05/01/2019 pela prática em tese dos crimes previstos nos artigos 33 e 35 da Lei 11.343/06, sendo convalidada a prisão flagrancial em preventiva por decisão de 06/01/2018 do J. de plantão e realizada a audiência de custódia em 11/01/201, ocasião em que foi relaxada a prisão por excesso de prazo para a realização da audiência de custódia. Demora na realização da audiência de custódia por si só não é apta a ensejar o relaxamento da prisão, sobretudo quando convertida a prisão em flagrante em preventiva. A alegação de nulidades porventura existentes na prisão em flagrante fica superada com a conversão do flagrante em prisão preventiva, tendo em vista que constitui novo título prisional a justificar a privação da liberdade. Precedentes. No caso em tela, a certeza da existência do crime e os indícios suficientes de autoria decorrem das provas produzidas em sede policial, em especial a prisão em flagrante do recorrido trazendo

Superior Tribunal de Justiça

consigo 22,9g de erva seca prensada e distribuída em 07 embalagens de filme plástico incolor individualizadas em sacolés, com inscrições como "R\$ 20", "maconha", "ROSEIRAL", "CV", tendo sido a substância entorpecente identificada como *Canabis Sativa L.* (maconha). Recorrido estava juntamente com um menor, os quais correram ao avistar a polícia. Policiais lograram abordá-los, sendo arrecadado entorpecente com ambos, além de um radiocomunicador na cintura destes, ligado na frequência do tráfico, ocasião em que teriam informado aos militares responsáveis pelo flagrante, que trabalhavam no tráfico exercendo a função de vapor e que pertenciam à facção criminosa "Comando Vermelho". Indicaram inclusive nomes para quem vendiam drogas e a remuneração recebida. Tais fatos evidenciam a existência do *periculum libertatis* e demonstram a necessidade da prisão cautelar como forma de garantia da ordem pública, bem como para a conveniência da instrução criminal, não havendo falar em existência de ilegalidade capaz de justificar a sua revogação. **PROVIMENTO AO RECURSO. DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA COM EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE PRISÃO** (fl. 22).

No presente *mandamus*, a defesa aponta ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal e salienta que a instrução foi encerrada no dia 23/8/2019. Afirma que no período de 1 anos e 9 meses, nos quais o paciente permaneceu em liberdade, não foi registrada qualquer outra anotação criminal. Indica ser o paciente portador de circunstâncias pessoais favoráveis à liberdade.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão ou a sua substituição por alguma das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Superior Tribunal de Justiça

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.



MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator